

FEVEREIRO 2025

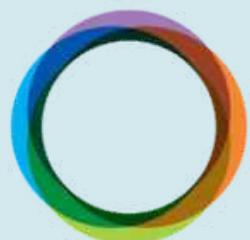
RADAR SOCIOAMBIENTAL

PANORAMA FINAL DAS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS DE 2024

**UM BALANÇO DO DEBATE AMBIENTAL
NAS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS**

Autores: Juan David Patiño, Maria Beatriz Peixoto Mello
e Matteo Minola

Coordenação: Maureen Santos e Paula Sandrin



**PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL**

SUMÁRIO

- 01** Panorama Final das Conferências Ambientais de 2024
- 02** COP 16 da Biodiversidade
- 06** COP 29 de Clima
- 10** Cúpula dos Líderes do G20
- 16** 5ª Rodada do Tratado sobre Poluição Plástica (INC-5)
- 19** COP 16 da Desertificação
- 23** O Que Virá Em 2025

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um núcleo de pesquisa do BRICS Policy Center, *think tank* do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem, disseminação de informação e troca de conhecimento. Seus projetos são dedicados à promoção de pesquisa, de análises críticas e de debates e diálogos que reúnam diferentes setores sobre temas como as principais convenções internacionais sobre meio ambiente, a governança policêntrica do clima e os atores subnacionais, bem como sobre justiça ambiental e climática. Visando a construção e a disseminação de conhecimento, a equipe da Plataforma produz materiais como o podcast Meio Descomplicado, cujos episódios abordam temas socioambientais, de abrangência nacional e internacional, de forma simples e direta; os informes do Radar Socioambiental; assim como *policy briefings*, *fact sheets* e *papers* sobre assuntos aos quais se dedica.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 49ª edição, o Radar Socioambiental complementa a análise realizada no Radar anterior e informa o panorama final das conferências ambientais de 2024. O documento apresenta os eventos que ocorreram no segundo semestre do ano passado, apresentando os principais resultados das negociações, bem como destaca as expectativas para este ano de 2025.

PANORAMA FINAL DAS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS DE 2024

O ano de 2024 foi palco de grandes conferências dedicadas a importantes causas ambientais, como a luta contra os efeitos adversos das mudanças climáticas, a conservação da biodiversidade, o combate à desertificação, o enfrentamento da poluição plástica no mundo, a proteção de ativistas ambientais e defensores da terra, entre outras. A questão ambiental também foi um dos assuntos centrais da presidência brasileira do G20, um fórum de discussões primariamente econômicas e financeiras, com a temática presente na Declaração dos Líderes do G20.

A agenda ambiental continua a se expandir nos espaços de negociação internacional, por isso, é crucial acompanhar o desenvolvimento desses debates. Ainda mais agora, em 2025, quando o Brasil presidirá o maior encontro internacional sobre clima: a COP 30, a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). O nosso país também presidirá outro encontro internacional, a XVII Cúpula dos BRICS. Embora a temática ambiental não tenha sido tratada como principal prioridade nos encontros do BRICS, com a dupla presidência brasileira em 2025, talvez o país consiga avançar em algumas discussões sobre clima, transição justa e desenvolvimento sustentável entre esses países.

Neste radar, você encontrará um panorama atualizado das conferências ambientais realizadas no ano passado, com destaque para os encontros ocorridos no segundo semestre de 2024 [1]. Ao fim, a Plataforma Socioambiental destaca as principais expectativas para os eventos ambientais programados para este ano de 2025.

[1] O 48º Radar Socioambiental, lançado em agosto de 2024, já conta com o resumo e análise das conferências realizadas no primeiro semestre do ano passado, que incluem: a UNEA 6, sexta reunião da Assembleia da ONU sobre Meio Ambiente; a 4ª rodada de negociações (INC-4) para a criação de um tratado sobre poluição plástica; e a COP 3 do Acordo de Escazú, sobre acesso à informação, participação pública e justiça aos ativistas e defensores ambientais da região da América Latina e do Caribe. A publicação está disponível no nosso site: <<https://bricspolicycenter.org/publications/radar-socioambiental/>>.

21/10–01/11: COP 16 DA BIODIVERSIDADE

Em 2024, tivemos o retorno dos encontros da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com a 16ª Conferência das Partes (COP 16). Esta foi a primeira conferência depois do estabelecimento do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal [2]. As sessões da CDB ocorrem bianualmente (ao contrário das COPs da UNFCCC, por exemplo). Destacamos aqui, os principais resultados da COP 16, realizada em Cali (Colômbia).



A Plataforma Socioambiental fez uma cobertura da COP 16 no nosso Instagram: [@plataformasocioambiental](https://www.instagram.com/plataformasocioambiental)

• Estabelecimento do Fundo Cali

Em Cali, foi definido o primeiro mecanismo multilateral para compartilhar de forma justa e equitativa os benefícios derivados do uso de informações digitais sobre recursos genéticos [3] (DSI, sigla em inglês).

Conhecido como “Fundo Cali”, esse instrumento orienta que empresas como conglomerados farmacêuticos, cosméticos, agroindustriais e de tecnologia que se beneficiam dos dados genéticos “deveriam” contribuir para o fundo com uma porcentagem dos seus lucros. Parte dos recursos do fundo serão destinados a povos indígenas e comunidades locais, incluindo mulheres e jovens [4].

[2] A Plataforma Socioambiental apresentou os principais pontos de Kunming-Montreal neste documento de 2023: <<https://www.iri.puc-rio.br/wp-content/uploads/2023/03/Conferencias-2022-e-projeto-2023-pdf.pdf>>.

[3] <<https://www.cbd.int/article/agreement-reached-cop-16>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

[4] <<https://www.cbd.int/article/agreement-reached-cop-16>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

- Fortalecimento do papel dos povos indígenas e comunidades locais

Uma decisão histórica foi conquistada na 16ª Conferência das Partes: a criação do **Órgão Subsidiário Permanente dos Povos Indígenas e Comunidades Locais**. A existência desse órgão permanente eleva o status das questões indígenas nos debates da CDB, bem como oferece a oportunidade de ampliar e qualificar o engajamento e a participação de povos indígenas e comunidades locais em todos os processos da convenção [5].

Também foi adotada uma decisão sobre a criação de um novo programa de trabalho relacionado ao Artigo 8(j) da Convenção de Diversidade Biológica. Este artigo exige que as partes da CDB “respeitem, preservem e mantenham” o conhecimento dos povos indígenas e comunidades locais relacionado à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável, e que “incentivem o compartilhamento equitativo dos benefícios” decorrentes desse conhecimento. Desse modo, o programa de trabalho será para implementar o Artigo 8(j) e outras provisões relacionadas aos povos indígenas e comunidades locais até 2030 [6].

Delegados comemoram a decisão pelo estabelecimento de um órgão subsidiário de povos indígenas e comunidades locais. Créditos da foto: IISD/ENB Mike Muzurakis.



[5] <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2024/11/biodiversity-cop-16-important-agreement-reached-towards-goal-of-making-peace-with-nature-2/>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

[6] <<https://www.carbonbrief.org/cop16-key-outcomes-agreed-at-the-un-biodiversity-conference-in-cali-colombia/>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

O programa possui nove princípios gerais e oito elementos, com foco em questões como conservação e restauração da biodiversidade, uso sustentável, participação plena e efetiva e uma abordagem baseada nos direitos humanos. O programa de trabalho também inclui elementos como acesso direto a financiamento para conservação da biodiversidade, restauração e uso sustentável para povos indígenas e comunidades locais [7].

- **Reconhecimento dos povos afrodescendentes**

Na COP 16, foi reconhecido pela primeira vez em um documento oficial da Convenção o papel de povos afrodescendentes e quilombolas para a conservação e uso sustentável da natureza. A Decisão 16.6 convoca os países a incorporarem as contribuições de povos de ascendência africana, os seus conhecimentos e a conexão com as suas terras na implementação da Convenção. Também incentiva as Partes a facilitarem a plena e efetiva participação dessas comunidades nos acordos internacionais, bem como a fornecerem apoio financeiro e capacitação para povos afrodescendentes [8].

- **Discussões sobre biologia sintética**

A COP 16 também abordou o tema da biologia sintética. Biologia sintética refere-se a desenvolvimentos em biotecnologia que podem alterar materiais genéticos, organismos vivos e sistemas biológicos. Isso inclui os "gene drives", nos quais a genética de espécies é alterada para tentar interromper certos genes em uma população. O que ficou acordado sobre o assunto por enquanto é que será estabelecido um grupo técnico de especialistas para continuar as discussões, de modo que o grupo deverá identificar os benefícios (existentes e potenciais), bem como os riscos e potenciais impactos negativos dos desenvolvimentos tecnológicos sobre biologia sintética.

[7] <<https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-16/cop-16-dec-04-en.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

[8] <<https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-16/cop-16-dec-06-en.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Além disso, as Partes solicitaram que o secretário executivo da Convenção de Diversidade Biológica traga um rascunho do plano de ação para biologia sintética para a próxima conferência em 2026, a COP 17 [9].

Apesar dos importantes resultados, a COP 16 não teve um encerramento. **A conferência foi suspensa** na manhã de 2 de novembro, após 12h de duração da plenária, devido à falta de quórum. Decisões cruciais acabaram ficando pendentes, como a mobilização de recursos financeiros e mecanismos de monitoramento para a implementação do Marco Global de Kunming-Montreal. Essas questões são fundamentais, especialmente para países em desenvolvimento que necessitam de segurança financeira para cumprir suas metas de conservação.

A 16ª Conferência será retomada de 25 a 27 de fevereiro de 2025 em Roma, Itália, na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com o objetivo de tratar os seguintes pontos pendentes [10]:

- **Uma nova estratégia de mobilização de recursos**, com a meta de garantir 200 bilhões de dólares por ano até 2030, provenientes de todas as fontes, para iniciativas de preservação da biodiversidade.
- **A redução de subsídios prejudiciais à biodiversidade**, em pelo menos 500 bilhões de dólares anuais até 2030.



Créditos da foto: UN Biodiversity | modificada por Materia Rinnovabile

[9] <<https://www.foei.org/es/resultados-de-la-cop16/>>.

Acesso em: 15 jan. 2025.

[10] <<https://www.cbd.int/article/reconvene-cop16-rome-2024>>.

Acesso em: 21 jan. 2025.

11–24/11: COP 29 DO CLIMA

A Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é um dos maiores encontros internacionais e, sem dúvida, a conferência ambiental com o maior número de participantes. Em 2024, a capital do Azerbaijão, Baku, sediou a 29ª Conferência das Partes. Esta edição foi a segunda maior em termos de participação, ficando atrás apenas da COP 28, realizada em 2023, em Dubai.



Protesto silencioso no Dia da Ação Global na COP 29. Créditos da foto: IISD/ENB | Mike Muzurakis

Durante os dias 11 a 24 de novembro, mais de 54 mil pessoas acompanharam as negociações, com grandes expectativas de que a chamada "COP do financiamento" trouxesse uma Nova Meta Comum Quantificada (NCQG) para o financiamento climático, que fosse ao mesmo tempo ambiciosa e justa para os países em desenvolvimento.



A Plataforma Socioambiental lançou uma **newsletter** com as principais notícias da COP 29 e também realizou uma cobertura do evento no Instagram, mostrando como foi a nossa participação na 29ª Conferência das Partes. Acesse em: [@plataformasocioambiental](https://www.instagram.com/plataformasocioambiental)

Apesar do grande número de pessoas, do olhar atento da sociedade civil global e de dois dias extras de negociação, a COP 29 terminou com um acordo insatisfatório – especialmente para países em desenvolvimento, povos indígenas e comunidades tradicionais e movimentos ambientalistas. Destacamos aqui os principais pontos do **Baku Climate Unity Pact** e também o que ficou de fora:

- **Definição da Nova Meta Comum Quantificada para o financiamento climático**

A NCQG é a atualização do compromisso climático feito em 2009, durante a COP 15 (Copenhague), no qual os países desenvolvidos se comprometeram a destinar US\$ 100 bilhões por ano para as nações em desenvolvimento. Esse foi um dos principais pontos de disputa na COP 29. Países desenvolvidos e em desenvolvimento têm opiniões divergentes sobre a “dívida histórica” das nações industrializadas. Para o Sul Global, como os países desenvolvidos, que se industrializaram primeiro, emitem grandes quantidades de gases de efeito estufa (GEE) há mais tempo [11], o financiamento climático deveria vir dessas economias.

Por outro lado, as nações desenvolvidas, lideradas pelos delegados da União Europeia, Estados Unidos e Suíça, argumentam que o financiamento deve ser responsabilidade de todos os países, pois muitos países que se industrializaram mais recentemente, especialmente a China, têm recursos para contribuir e também são responsáveis pela crise climática (a China é atualmente o maior emissor de GEE) [12].

Assim, ficou acordado que a NCQG será de US\$ 300 bilhões anuais até 2035. Organizações da sociedade civil afirmam que esse valor representa apenas um “ajuste inflacionário” do

[11] Ainda mais quando inclui-se no cálculo de emissões históricas o domínio colonial: <<https://www.carbonbrief.org/revealed-how-colonial-rule-radically-shifts-historical-responsibility-for-climate-change/>>.

Acesso em: 23 jan. 2025.

[12] <<https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2024>>.

Acesso em: 23 jan. 2025.

compromisso de 2009, e destacam que ainda está bem abaixo dos US\$ 1,3 trilhão exigidos pelos países do Sul Global [13].

Quanto à disputa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o texto final [14] estabelece que as nações desenvolvidas irão “liderar” o financiamento de US\$ 300 bilhões anuais para os países em desenvolvimento, mas também “encorajam” a contribuição voluntária das nações do Sul Global, inclusive por meio da cooperação Sul-Sul. Além disso, o financiamento climático será amplo e inclusivo, sem discriminação, englobando uma variedade de fontes – públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, “incluindo fontes alternativas”

- **O mercado de carbono no Artigo 6° do Acordo de Paris**

Se a dificuldade para chegar em um consenso sobre o financiamento climático fez com que o encerramento da COP 29 atrasasse em 33 horas, com o mercado de carbono foi o contrário. Logo na plenária de abertura da COP, os países bateram o martelo e anunciaram um novo acordo sobre o tema. A decisão refere-se às regras que irão colocar em funcionamento o Artigo 6° do Acordo de Paris, em particular o artigo 6.4.

O artigo 6.4 cria o Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris (PACM, sigla em inglês), um mecanismo global para transações de crédito de carbono, que podem ser comercializados tanto por instituições públicas quanto privadas. A decisão sobre o tema foi a aprovação de metodologias e atividades de remoção de GEE da atmosfera. Segundo o LACLIMA [15], esses requisitos servirão de base para a seleção das atividades que poderão emitir os certificados de emissões a serem transacionados no mercado de carbono.

[13] <<https://www.carbonbrief.org/explainer-how-can-climate-finance-be-increased-from-billions-to-trillions/>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

[14] <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/cma2024_L22_adv.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

[15] <<https://laclima.org/acordoparis/resumao-da-cop-29/>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Ao longo da COP 29, também avançou a discussão sobre as regras do artigo 6.2. Isso diz respeito ao regimento da transferência internacional dos resultados de mitigação (ITMOs, sigla em inglês), isto é, o comércio de créditos de carbono entre países. A decisão final sobre o tema “solicita” que os países relatem suas atividades e apresentem informações de forma antecipada, para promover maior transparência e segurança na transferência de créditos.

- **O que ficou para a COP 30?**

Com a NCQG no centro das atenções e a decisão sobre o financiamento climático se arrastando até o último minuto, outros temas acabaram ficando de lado, saindo da COP 29 sem um acordo sólido ou até sem consenso (e sem decisão). Esse foi o caso da transição justa. Na COP 28, foi aprovado um Programa de Trabalho de Transição Justa. Portanto, na COP 29, a expectativa era definir um plano de trabalho e engajar a discussão com outros processos da negociação (como financiamento). A transição justa aborda os impactos sociais das políticas climáticas, a preocupação com a proteção de populações e trabalhadores vulneráveis no processo de transição para uma economia de baixo carbono. No entanto, com muitas divergências entre os países e sem tempo para negociação sobre o tópico, foi aplicada a Regra 16 e as discussões sobre transição justa irão ser retomadas na próxima COP [16].

O mesmo aconteceu com o tema da mitigação. A COP de Dubai trouxe uma decisão histórica: pela primeira vez, um documento final da conferência da UNFCCC convoca os países a fazerem a transição de seus sistemas energéticos, afastando-se das fontes fósseis. No entanto, a COP de Baku não reforçou essa decisão, e o debate sobre mitigação avançou pouco.

Na COP 29, foi também lançada a “Rota de Baku a Belém para 1,3 trilhão”. Esta foi uma adição de última hora no *Baku Cli-*

[16] Regra 16 é uma norma de procedimento da UNFCCC aplicada quando não há acordo entre as Partes: nenhuma decisão sobre o assunto é tomada e a discussão é adiada para o próximo encontro (COP).

mate *Unity Pact*, com o objetivo de ampliar o financiamento climático para os países em desenvolvimento, além de apoiar a implementação das NDCs e dos Planos Nacionais de Adaptação. Ficou estabelecido que as presidências das COPs 29 e 30 irão elaborar um relatório a ser finalizado em Belém, durante a conferência.

Portanto, a COP 30 retomará esses temas – inclusive novamente o debate sobre financiamento climático – e também abordará a nova rodada de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), cujo prazo final para atualização foi no dia 10 de fevereiro.



A Plataforma Socioambiental esteve presente na COP 29! Nós organizamos o painel “Transição justa e ambição climática: quão comprometidos estão os países BRICS?”. Durante o evento, também lançamos a versão em inglês do sumário executivo “[Ambição Climática dos Países BRICS](#)”.

Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro **Novembro** Dezembro

18-19/11 - CÚPULA DOS LÍDERES DO G20

A cúpula de líderes do G20, liderada pelo Brasil, foi marcada pela urgência de muitos tópicos. A apenas seis anos da meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apenas 17% apresentam avanços consideráveis, enquanto metade têm resultados mínimos, e um terço está estagnado ou sofreu retrocessos. [17]

[17] <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/media/18-11-2024-declaracao-de-lideres-g20.pdf>>. Acesso 27 de janeiro 2025

A agenda durante a presidência do Brasil destacou três prioridades [18]: inclusão social e combate à fome; transição energética e desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental; e reforma das instituições de governança global.



O Meio Descomplicado, podcast da Plataforma Socioambiental, conversou com Gustavo Westmann, coordenador do G20 Social. O [episódio 19](#) explica um pouco mais sobre essa novidade da presidência brasileira no G20 e quais eram as expectativas para a Cúpula.

O eixo do desenvolvimento sustentável, com ênfase tripla nas vertentes social, econômica e ambiental, reafirmou compromissos assumidos em diversas frentes, notadamente a luta para manter o aquecimento global bem abaixo de 2 graus Celsius, com esforços para limitá-lo a 1,5 graus.

Uma das medidas mais aplaudidas foi o primeiro Global Stocktake, que monitora o progresso dos NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas), publicado na COP28. Contudo, essas medidas “não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável nem uma restrição disfarçada ao comércio internacional”.

Além disso, foi acolhida a iniciativa de criar um grupo de trabalho sobre finanças resilientes e redução de emissões de CO₂, visando eliminar barreiras estruturais que limitam a mobilização de capitais privados e públicos para a ação climática. Assim, a declaração dos líderes fez um apelo para apoiar o primeiro Global Stocktake, com metas de triplicar a capacidade de produção de energias renováveis, dobrar a eficiência energética até 2030, e apoiar tecnologias de redução e remoção da poluição.

[18] <<https://g20.org/summit-and-logos/2024-brazil/>>. Acesso 27 de janeiro 2025

O G20 enfatizou a necessidade de intensificar esforços de adaptação às mudanças climáticas em toda a economia e sociedade. Comprometeram-se a manter o apoio ao Acordo de Pittsburgh de 2009 para eliminar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis e a garantir uma cadeia de suprimentos responsável na transição energética, incluindo minerais e materiais.

Os líderes reafirmaram a Iniciativa Global de Terras, com a ambição de reduzir em 50% a degradação da terra até 2040, promovendo boa gestão florestal e combate ao desmatamento, sem adotar políticas econômicas verdes discriminatórias, em consonância com as regras da OMC e acordos multilaterais ambientais. Também destacaram a necessidade de prevenir e controlar secas e incêndios florestais extremos.

O G20 chamou as nações a aderirem e implementarem a Convenção sobre o Direito do Mar para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica marinha em áreas fora de jurisdição nacional (Acordo BBNJ), aprovado em 19 de junho de 2023, com prazo de assinatura até 19 de junho de 2025. O acordo entrará em vigor 120 dias após a ratificação de pelo menos 60 signatários, sendo 15 já ratificados.

O acordo inclui a regulamentação de recursos genéticos marinhos, com partilha justa e equitativa dos benefícios; medidas como gestão por zonas, incluindo áreas marinhas protegidas; avaliações de impacto ambiental; desenvolvimento de capacidades; e transferência de tecnologia marítima.

Os líderes reconhecem que são responsáveis por 75% do lixo a nível mundial e comprometem-se a implementar medidas de redução de resíduos por meio de iniciativas como o conceito de "lixo zero", priorizando a prevenção e a redução máxima, mas também incentivando a reutilização e a reciclagem.

Por fim, o G20 adotou a iniciativa brasileira da Bioeconomia (GIB), reconhecendo o potencial da bioeconomia para cons-

truir um futuro sustentável. Foram definidos 10 princípios não vinculativos, e saudou-se a decisão da África do Sul de continuar com a iniciativa durante sua presidência.

Os dez princípios definidos foram: **[19]**

1. Promover o desenvolvimento sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental, erradicando a fome e a pobreza, garantindo segurança alimentar e nutricional global.
2. Assegurar inclusão e equidade, protegendo os direitos de todos, incluindo povos indígenas e comunidades locais, promovendo igualdade de gênero e participação dos interessados.
3. Reforçar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas em alinhamento com os acordos multilaterais.
4. Apoiar a conservação da biodiversidade, o uso sustentável e a repartição equitativa de benefícios dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.
5. Promover padrões de consumo sustentáveis, uso circular de recursos biológicos e a restauração de ecossistemas degradados.
6. Basear o desenvolvimento no uso seguro e responsável da ciência, tecnologia, inovação e conhecimentos tradicionais, com avaliação científica de riscos.
7. Estabelecer políticas coerentes que apoiem o comércio, modelos de negócios sustentáveis, empregos dignos e criação de valor local na bioeconomia.
8. Aplicar critérios transparentes, mensuráveis e baseados na ciência para avaliar a sustentabilidade ao longo das cadeias de valor.
9. Fomentar a cooperação internacional para enfrentar desafios globais, estimular a inovação e promover financiamento e capacitação.
10. Adaptar a implementação às prioridades específicas de cada país e às circunstâncias regionais e locais.

[19] <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/g20-chega-a-consenso-e-estabelece-principios-de-alto-nivel-sobre-bioeconomia/11092024-g20-principios-bioeconomia-pdf-em-ingles.pdf>>. Acesso 27 de janeiro 2025

- **O G20 Social**

Uma novidade da presidência brasileira foi o G20 Social, um espaço de diálogo da presidência do G20 com atores não governamentais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. A Cúpula do G20 Social ocorreu entre os dias 14 e 16 de novembro, antes do encontro dos líderes. A cerimônia de encerramento contou com a presença do presidente Lula e com a apresentação da declaração final do G20 Social.

O espaço foi amplamente elogiado por vozes internacionais como a Nobel da Paz Tawakkul Karman e Ronald Lamola, ministro das Relações Exteriores da África do Sul, país ao qual o Brasil passou a presidência do G20 após o encerramento do encontro.

O evento, liderado pela Secretaria-Geral da Presidência e pelo Ministério da Igualdade Racial, com o apoio de diferentes lideranças e grupos sociais brasileiros e internacionais, contou com comunicados emitidos após as atividades, consolidando considerações e propostas que integraram o documento final do G20 Social.

Os eixos seguiram os mesmos do encontro de líderes: combate à fome, pobreza e desigualdade; sustentabilidade, mudanças climáticas e transição justa; e reforma da governança global.

No eixo de combate à fome, pobreza e desigualdade, defendeu-se a soberania alimentar por meio do fomento a práticas agroecológicas e à produção de alimentos saudáveis, além do controle e democratização dos processos de produção e distribuição. Garantiu-se a acessibilidade interseccional, respeitando práticas tradicionais, promovendo hábitos saudáveis e evitando a mercantilização dos recursos naturais.

No mesmo eixo, destacou-se o direito ao trabalho decente, à seguridade social e a sistemas de proteção como pilares na luta contra a pobreza e a desigualdade, além do reconheci-

mento de propostas contra-hegemônicas, como a economia popular e solidária, as cooperativas, as cozinhas solidárias e a valorização da economia do cuidado.

No eixo de mudanças climáticas, ressaltou-se a importância da adaptação e mitigação, com ênfase nas NDCs e em uma transição justa que enfrente a exclusão social, a pobreza energética e o racismo ambiental. Também foi reforçado o papel do Forever Tropical Forest Fund (FTFF), dedicado à preservação das florestas e à inclusão socioproductiva das populações que as habitam e sustentam.

No último eixo, o texto do G20 Social exigiu a reconfiguração das instituições internacionais, promovendo maior participação dos países do Sul Global em espaços decisórios, como o Conselho de Segurança da ONU.

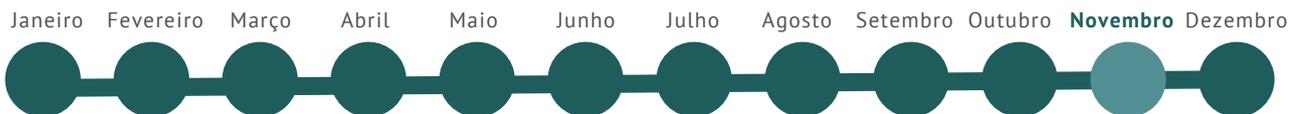
Destacou-se ainda a ameaça representada pela extrema direita, que dissemina “desinformação, narrativas autoritárias e totalitárias, e fomenta violações dos direitos humanos, ódio, preconceito, xenofobia, discriminação etária, racismo e violência nas relações sociais e políticas, tanto no âmbito nacional quanto internacional” [20]. Para enfrentar isso, enfatizou-se a necessidade de ampliar a participação da sociedade civil em mecanismos nacionais e internacionais como forma de defender a democracia.

Outro foco do eixo de reforma da governança global foi a necessidade de uma taxa progressiva dos super-ricos, garantindo que os recursos arrecadados sejam destinados ao financiamento social, ambiental e cultural, tanto em nível nacional quanto internacional.



Líderes do G20 reunidos no Rio de Janeiro. Créditos da foto: Ludovic Marin/AFP.

[20] <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/g20social/draft-final-declaration-g20-social.pdf>>. Acesso 24 de janeiro 2025



25/11-03/12 - INC-5

No dia 2 de dezembro de 2024 em Busan, Coreia do Sul, concluiu-se a quinta rodada do tratado sobre a poluição plástica (INC-5). A rodada contou com a participação de mais de 3.300 participantes, incluindo representantes de 170 países e 440 organizações [21], além do setor privado e da academia. Após uma semana de intensas negociações, a rodada fechou sem acordo, mas com um texto base [22] para continuar as discussões durante a próxima rodada em 2025, ano em que se espera alcançar consensos e finalizar um documento.

Mesmo sem um acordo fechado e ainda com muitas diferenças, refletidas na abertura de vários parágrafos e artigos do documento do chairman, a rodada foi exitosa em lograr um maior grau de convergência, elaborar um texto mais conciso – passando de mais de 60 páginas para 22 – e incluir os aditivos químicos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde pública no pré-documento, uma iniciativa liderada pelo México.

A rodada foi marcada pelo choque entre dois grandes grupos de países: aqueles com alta ambição no acordo e os que desejam apenas combater o lixo gerado. Nesse contexto, os mais de 110 países que buscam metas mais ambiciosas destacam o grande desafio na redução da produção de plásticos para conter a geração de resíduos, bem como no controle do uso de químicos potencialmente perigosos para a saúde humana e o meio ambiente.

[21] Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2024/12/1841476>>. Acesso 28 de janeiro 2025.

[22] Disponível em:

<https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/46710/Chairs_Text.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro 2025

Neste sentido, a representante do Quênia na plenária final defendeu a abordagem de Saúde Única (One Health) [23], reconhecendo a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental. Foi uma das poucas vozes que destacou a importância da biodiversidade nesse contexto, pois a discussão se centrou mais em outros pontos.

Por outro lado, os países reticentes a um acordo ambicioso são os produtores de petróleo e plásticos, agrupados no Like-minded Group. Respaldados por um lobby de mais de 220 lobistas da indústria petroquímica [24], eles mantêm seus argumentos no fato de que a negociação está focada em reagir à poluição plástica, e não necessariamente em limitar a produção ou o comércio, evocando a desigualdade que as restrições à produção poderiam causar.

No entanto, no pré-documento do chairman, foi incluído um

artigo para a eliminação de alguns plásticos descartáveis, como palitos de uso único para serem fixados e apoiar balões, canudos, agitadores de bebidas, talheres (garfos, facas, colheres, hashis asiáticos), cotonetes, sacos e produtos de cosméticos e cuidados pessoais que contenham substâncias intencionalmente adicionadas, como microesferas, assim como brinquedos contendo certos químicos, no horizonte da década de 2030. Embora o pré-do

cumento também incluía a possibilidade de exceções, elas poderiam ser estendidas até 5 anos após os prazos definidos.

Dessa forma, a grande atenção foi voltada para uma abordagem do ciclo de vida completa do plástico, pois a atual quinta rodada de negociação Intergovernamental sobre a Po-

[23] <<https://oeco.org.br/reportagens/paises-nao-conseguem-chegar-a-um-acordo-para-combater-poluicao-plastica/>>. Acesso em: 25 de janeiro 2025.

[24] <<https://brasil.oceana.org/blog/apos-dois-anos-tratado-global-contra-poluicao-plastica-termina-sem-acordo/>>. Acesso em: 27 de janeiro 2025.

Poluição Plástica é fruto da determinação da determinação da ONU, em 2022, de criar um instrumento vinculativo e abrangente que trate o ciclo de vida completo do plástico, incluindo sua produção, design e descarte.

Luis Vayas Valdivieso
Chairman da quinta rodada
de negociação
Intergovernamental sobre a
Poluição Plástica. Créditos
da foto : Anthony WALLACE



Outro ponto de grande agitação foi o financiamento. Cerca de 110 países do Sul Global apoiaram a proposta de criação de um mecanismo de financiamento independente para viabilizar o processo nos países do Sul Global, especialmente para os países menos desenvolvidos e os países insulares.

Não obstante, a proposta adotada no pré-documento do chairman da rodada, o equatoriano Luis Vargas, foi a propos-

ta dos Estados Unidos, onde cada parte independentemente de seu nível de desenvolvimento, contribuirá para o mecanismo de financiamento que será utilizado no objetivo do instrumento, ou seja, todos os países terão que pagar.

No entanto, como quase todos os artigos do pré-documento estão cheios de colchetes, que permitem a inclusão da proposta dos países do Sul Global, sugere-se que seja um instrumento principalmente financiado pelos países desenvolvidos, com foco nos países menos desenvolvidos, notavelmente os países insulares.

O chairman insistiu durante as negociações sobre o objetivo da reunião e o caráter “nobre e urgente: reverter e remediar

os graves efeitos da poluição plástica nos ecossistemas e na saúde humana” [25]. A popularidade midiática e a preocupação da sociedade civil têm se intensificado após estudos terem encontrado, em 2021 e 2022, partículas plásticas em alimentos, água e solo, além de relatos de partículas plásticas em pulmões humanos, no sangue e na placenta humana, assim como nos milhares de pontos ao redor do mundo com alta concentração de resíduos plásticos, como a célebre Ilha de lixo do Pacífico.

Após a rodada, determinou-se seguir com a discussão em 2025, partindo do pré-documento do chairman. Vários países apoiaram a ideia de fixar a reunião nos primeiros 5 meses do ano, e estuda-se a possibilidade de adotar o mecanismo de votação por 3/4 da maioria em lugar do consenso utilizado atualmente [26].

Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro **Dezembro**

03-14/12: COP 16 DA DESERTIFICAÇÃO

A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD, sigla em inglês) é uma das três “Convenções do Rio”, junto com a UNFCCC e a CBD, anunciada na Eco-92 no Rio de Janeiro, assinada em 1994 e em vigor desde 1996.

Apesar de reunir 197 Partes (196 + União Europeia), a UNCCD é a menos conhecida entre suas “convenções irmãs”, com menor cobertura midiática, participação de líderes e orçamento.

[25] <<https://enb.iisd.org/plastic-pollution-marine-environment-negotiating-committee-inc5-summary>>. Acesso em: 29 de janeiro 2025.

[26] <<https://oeco.org.br/reportagens/paises-nao-conseguem-chegar-a-um-acordo-para-combater-poluicao-plastica/>>. Acesso em: 29 de janeiro 2025

Contudo, o combate à desertificação é urgente: o Atlas Mundial das Secas [27] alerta que 100 milhões de hectares são degradados anualmente e que até 2050 três em cada quatro pessoas enfrentarão escassez de água.

Em 2024, ano do 30º aniversário da UNCCD, Riyadh (Arábia Saudita) sediou a 16ª Conferência das Partes (COP16) entre 2 e 13 de dezembro.



Créditos da foto: UNCCD.

Durante o encontro, avanços significativos foram alcançados em diversas frentes:

- **Adoção de um novo marco para a restauração de terras**

Um dos principais resultados foi a adoção de um novo marco voltado para a restauração de **1 bilhão de hectares** de terras degradadas até 2030, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esse compromisso exige um investimento estimado em pelo menos 2,6 trilhões de dólares até 2030, o que equivale a cerca de 1 bilhão de dólares por dia, para alcançar as metas globais de recuperação de terras e combate à desertificação e às secas. [28]

[27] <<https://www.unccd.int/news-stories/press-releases/world-drought-atlas-reveals-systemic-nature-hazard-risks-calls-national>>. Acesso em: 29 de janeiro 2025.

[28] <<https://www.unccd.int/news-stories/press-releases/united-nations-conference-riyadh-charts-path-global-action-land-drought?>>. Acesso em: 20 de janeiro 2025

- **Aprovação de um plano para aumentar a resiliência às secas**

Durante a conferência, foi aprovado um plano que inclui mecanismos financeiros para apoiar os países em desenvolvimento na criação de sistemas de alerta precoce e na implementação de soluções baseadas na natureza para mitigar os impactos das secas.

A iniciativa busca reduzir a vulnerabilidade de comunidades locais e garantir a segurança hídrica em regiões críticas.

Uma iniciativa chave foi o lançamento da **Parceria Global de Resiliência às Secas de Riad**, que arrecadou 12,15 bilhões de dólares para apoiar 80 dos países mais vulneráveis no fortalecimento da resiliência às secas, incluindo uma promessa de 10 bilhões de dólares do Grupo de Coordenação Árabe. [29]

- **Engajamento de mulheres e jovens**

Um dos temas centrais da COP16 foi a questão dos direitos das mulheres. Foi estabelecido um compromisso coletivo para promover a igualdade de gênero nas políticas de uso da terra, incluindo iniciativas para aumentar a participação feminina em programas de restauração de terras. Essa ação visa não apenas fortalecer a equidade de gênero, mas também potencializar os impactos positivos na conservação ambiental. [30]

A COP16 também deu ênfase ao engajamento da juventude no combate à desertificação. Foi lançado um programa global para criar empregos verdes voltados para jovens, com foco em soluções sustentáveis baseadas na terra. Essa iniciativa

[29] <<https://enb.iisd.org/convention-combat-desertification-uncdd-cop16>>. Acesso em: 20. jan. 2025.

[30] <<https://www.uncdd.int/news-stories/stories/iisdenb-daily-coverage-cop16>>. Acesso em: 22. jan. 2025.

reflete a urgência de envolver as novas gerações na luta contra a degradação ambiental. [31]

- **Envolvimento dos povos indígenas e comunidades locais**

Em uma decisão histórica, as Partes aprovaram a criação de um Grupo para os Povos Indígenas (um caucus indígena) e um Grupo para as Comunidades Locais, com o objetivo de garantir que suas perspectivas únicas sejam devidamente representadas no trabalho da Convenção. Os Povos Indígenas desempenham um papel fundamental na gestão sustentável dos recursos e solicitaram um maior envolvimento na governança global da terra e da seca, incluindo a participação ativa nos esforços de restauração de terras.

A COP16 consolidou avanços importantes para o combate à desertificação, demonstrando que, apesar dos desafios, a comunidade internacional está empenhada em enfrentar a crise ambiental de forma colaborativa e inclusiva. Esses desenvolvimentos destacam a importância de uma ação coordenada e inclusiva para enfrentar os desafios relacionados à degradação da terra e às secas, promovendo, ao mesmo tempo, a participação ativa das comunidades locais e indígenas nos processos de tomada de decisão. [32]

Apesar dos avanços, a conferência não conseguiu chegar a um acordo sobre uma Estratégia Global para enfrentar o aumento do risco de secas, exacerbado pelas mudanças climáticas. Países africanos desejavam a adoção de um instrumento vinculante para o combate às secas. Essa iniciativa teve como principal oposição os EUA, a União Europeia e a Argentina, que defenderam o uso de abordagens descentralizadas e não-vinculantes. [33] As discussões foram adiadas para a próxima conferência, prevista para ocorrer na Mongólia, em 2026.

[31] <<https://www.unccd.int/cop16>>. Acesso em: 22 jan. 2025

[32] <<https://enb.iisd.org/convention-combat-desertification-unccd-cop16-summary>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

[33] <<https://oeco.org.br/noticias/cop-da-desertificacao-avanca-em-financiamento-mas-nao-consegue-mecanismo-contrasecas/>>. Acesso em: 24 janeiro. 2025.

O QUE VIRÁ EM 2025

Nesta 49ª edição do Radar Socioambiental, apresentamos um panorama das conferências ambientais realizadas no segundo semestre de 2024, com ênfase nos principais pontos de debate e nos resultados de cada evento. No ano passado, tivemos o retorno de importantes encontros bienais, como as COPs da CDB e da UNCCD, além de observarmos como a questão ambiental se expandiu para discussões em espaços não tradicionalmente voltados ao meio ambiente, como o G20.

Entretanto, alguns eventos deixaram várias pendências. A COP 16 da CDB, por exemplo, não chegou a um acordo final devido à falta de quórum na plenária de encerramento. Por isso, a COP 16 será retomada agora em fevereiro, em Roma, para a finalização de um documento conclusivo. Já a COP 29 da UNFCCC deixou os participantes frustrados ao apresentar uma nova meta de financiamento climático bem abaixo das expectativas. O tratado sobre poluição plástica, que deveria ter seu texto finalizado em 2024, também não foi concluído, e as discussões continuarão neste ano, com a esperança de que o documento finalmente saia do papel.

Além disso, 2024 não só foi o ano mais quente já registrado, como também, pela primeira vez na história, a temperatura média global **ultrapassou 1.5°C em relação aos níveis pré-industriais. [34]**

O Acordo de Paris visa justamente limitar o aquecimento global em até 1.5°C, o que aumenta a pressão por mudanças significativas nos nossos sistemas econômicos e produtivos: eliminação dos combustíveis fósseis, uma transição justa e inclusiva para uma economia de baixo carbono, combate ao desmatamento nas florestas e biomas do planeta, entre outras ações. No entanto, é fundamental que essas medidas sejam acompanhadas por políticas que respeitem os direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, e que atendam às populações mais afetadas e com maior vulnerabilidade às mudanças climáticas.

[34] <<https://climainfo.org.br/2025/01/12/com-records-historicos-temperatura-media-global-em-2024-superou-15c-de-aquecimento/>>.

Acesso em: 24 jan. 2025.

Seguindo o calendário da UNFCCC, os países devem entregar uma nova leva de NDCs até o fim de fevereiro: a atualização das Contribuições Nacionalmente Determinadas deve aumentar a ambição climática das Partes de Paris e trazer uma nova meta para 2035. Até janeiro de 2025, apenas quatro países [35] submeteram atualizações: Emirados Árabes Unidos, Brasil, Estados Unidos e Uruguai.

O Acordo de Paris, porém, sofreu um revés: um dos primeiros atos do presidente Donald Trump, que iniciou seu mandato agora 2025, foi anunciar a retirada dos EUA do Acordo. No entanto, o segundo maior emissor de gases de efeito estufa continuará como Parte da Convenção de Clima.

Essa decisão dos EUA terá grande impacto na COP 30, que será realizada no nosso país, em Belém, capital do Pará. Neste ano, o Brasil assume a presidência da 30ª Conferência das Partes da UNFCCC. Em janeiro, foram anunciados os principais responsáveis pela negociação: o embaixador André Corrêa do Lago será o presidente da COP, e a secretária Ana Toni, a diretora executiva. A escolha desses nomes foi bem-vista pela sociedade civil brasileira e pela comunidade internacional, dado o vasto conhecimento e a experiência de ambos nas negociações ambientais globais. [36]

E após três edições consecutivas em países autoritários, a COP 30 também marcará o retorno da Cúpula dos Povos. Esse evento é um espaço autônomo da sociedade civil, que se reunirá paralelamente à Conferência das Partes. Movimentos sociais e populares, redes e organizações da sociedade civil brasileira e de outros países irão se encontrar com o objetivo de “fortalecer a construção popular e convergir pautas de unidade das agendas: socioambiental, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista, antirracista e de direitos, [...] unidos por um futuro de bem-viver”. [37]

[35] <<https://unfccc.int/ndc-3.0>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

[36] <<https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2025/01/21/cop-30-tera-andre-correa-do-lago-como-presidente-e-ana-toni-como-ceo-e-diretora-executiva.ghtml>>.

Acesso em: 24 jan. 2025.

[37] <<https://cupuladospovoscop30.org/manifesto/>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

25

Além disso, neste ano o Brasil assumiu a presidência do BRICS e sediará a XVII Cúpula do grupo. Embora não seja um fórum exclusivamente ambiental, com a realização da COP 30 no país e o destaque dado pela presidência brasileira no G20 a temas como desenvolvimento sustentável e combate à crise climática, há grandes expectativas de que a reunião do BRICS também traga avanços significativos para o debate ambiental e climático entre os países do grupo.

O lema da presidência brasileira do BRICS será “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global por uma Governança mais Inclusiva e Sustentável”, com foco em dois eixos principais: Cooperação do Sul Global e Reforma da Governança Global. Uma das prioridades da agenda brasileira será o “aprimoramento das estruturas de financiamento para enfrentar as mudanças climáticas, em diálogo com a COP 30”.

Em 2025, teremos um ano repleto de intensos debates ambientais em várias conferências internacionais. A Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center estará atenta a todos esses eventos, acompanhando-os de perto e trazendo atualizações sobre as principais discussões.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Instituto Clima e Sociedade (iCS) pelo apoio concedido para a realização desta publicação e dos outros projetos da Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center.

Gostaríamos de agradecer também a coordenação da Plataforma Socioambiental, Maureen Santos e Paula Sandrin, e a equipe do BRICS Policy Center e do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

